



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE
N.º 19 — 2.ª SÉRIE MAIO DE 1971 PREÇO \$50

VINICULTORES EM LUTA

contra a taxa sobre o vinho

Os agricultores de vários concelhos do distrito de Viseu vêm resistindo há meses contra o pagamento da taxa de \$20 por litro de todo o vinho produzido desde 1966, que a Junta Nacional do Vinho os quer obrigar a pagar.

Em meados de Abril os agricultores de RIBEIRADIO, depois de reunirem para discutir o que deviam fazer, concentraram-se em Oliveira de Frades, sede do concelho, para reclamarem do Grémio e da Câmara a extinção da taxa. Ao Governador Civil de Viseu foi enviado um telegrama de protesto com mais de 100 assinaturas em representação de todo o povo de Ribeiradio.

Os produtores de OLIVEIRA DE FRADES, S. PEDRO DO SUL, VOUZELA E CASTRO DAIRE devolveram em branco os boletins que a J.N.V. lhes enviou para preencherem como base da cobrança da taxa.

Estas acções e o forte movimento de protesto em toda a região, já obtiveram um primeiro êxito. No passado dia 3 de Maio a J.N.V. realizou uma reunião em S. Pedro do Sul onde compareceram centenas de vinicultores que expuseram as suas críticas e os seus protestos, o que levou a Junta a admitir a possibilidade de não pagarem taxa sobre o vinho já vendido nos anos anteriores, e ainda fazer a promessa de que a taxa seria reduzida mediante a declaração dos lavradores de que «o vinho se estragou».

Não passou despercebido aos assistentes à reunião que esta proposta da Junta não resolve o problema a contento dos vinicul-

(contin. na pág. 4)

«A TERRA» SAÚDA O P.C.P. PELO SEU 50.º ANIVERSÁRIO

O jornal «A Terra», órgão de unidade dos camponeses do Norte, não podia deixar de associar-se às comemorações do 50.º aniversário do Partido Comunista Português, o partido da classe operária e de todos os trabalhadores; o Partido que, ao longo destes 50 anos nunca poupou esforços e sacrifícios para ajudar e tantas vezes guiar os pequenos e médios agricultores, os foreiros, rendeiros e parceiros na luta pelos seus interesses contra os grandes proprietários, contra os monopolistas, contra os intermediários gananciosos, contra a asfixiante organização corporativa, contra a política do governo fascista que dia a dia os empurra para a ruína.

Na passagem do 50.º aniversário do PCP «A Terra» saúda o Partido que luta pela revolução democrática e nacional que realizará a Reforma Agrária entregando a terra a quem a trabalha e, entre outras medidas, dará aos camponeses:

- o usufruto das terras baldias;
- auxílio aos pequenos agricultores para a formação de cooperativas agrícolas (créditos, máquinas, adubos, assistência técnica)
- melhoramento das condições de vida nas aldeias pela electrificação, construção de estradas e escolas, abastecimento de água, postos médicos, etc.)
- liquidação dos Grémios, Juntas e Federações e dos roubos dos intermediários e dos monopólios de compra;
- isenções e diminuição de impostos aos camponeses pobres.

«A Terra» saúda o PCP; grande obreiro da aliança dos operários com os camponeses,

AS COOPERATIVAS DEFENDEM-SE DOS MONOPÓLIOS

GES
PCP

Martins & Rebelo, o maior monopólio na indústria de laticínios, é bem conhecido dos agricultores dos distritos de Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria e dos res antes distritos do Noroeste português: Viana do Castelo, Braga e Porto. Nos últimos anos também ficaram a conhecer os seus métodos de exploração os pequenos criadores de gado dos Açores, para onde este monopólio estendeu os seus tentáculos.

Martins & Rebelo estabeleceu o seu raio de acção em zonas onde é mais intensa a criação de gado leiteiro, dando o ramo da indústria a que se dedica. Mas convinha-lhe também outra característica destas regiões, pelo facto de serem as zonas do país de mais pequena propriedade. Nos distritos do Noroeste português a área média das explorações agrícolas vai de um hectare a dois hectares (só atingindo 2 ha nos distritos do Porto e Braga). Os pequenos lavradores são, pois, a grande maioria, lutando com enormes dificuldades e muitos à beira da ruína. Aproveitando-se destas dificuldades, Martins & Rebelo estabeleceu um lucrativo sistema de exploração dos pequenos produtores seus fornecedores de leite e aviltou ao máximo os preços, pondo-lhes a corda ao pescoço.

Não agradou portanto ao grande monopólio o movimento cooperativista dos agricultores do Noroeste, pois a associação era a melhor forma que estes encontraram para se defenderem de tubarões como ele.

É por esta razão que o movimento cooperativista agrícola (quando se trata de verdadeiras cooperativas e não de « falsas cooperativas » de que certos tubarões se servem como é o caso da UCAL), tem deparado com grandes dificuldades para se desenvolver em Portugal.

O desenvolvimento das cooperativas de produtores de leite nestas regiões teve que enfrentar vários inimigos e o Martins & Rebelo tem sido um dos mais encarniçados. Há poucos meses, uma nova e descarada ofensiva contra uma cooperativa leiteira foi comandada pelo Martins & Rebelo, de conluio com a Direcção Geral de Actividades Económicas onde ele tem altos aliados.

Foi orquestrado um assalto, que teve aspecto militar, de uns 20 agentes da DGAE à

Cooperativa de Vila do Conde. Ocuparam as instalações, fizeram propositadamente transpirar calúnias e boatos e a Cooperativa teve as suas actividades paralisadas por algum tempo. Posteriormente, os próprios jornais diários tiveram que noticiar que nada se revelara de anormal, nem de estranho aos processos habitualmente usados pela indústria de laticínios. Mas entretanto, a Cooperativa de Vila do Conde sofreu grandes prejuízos materiais e viu o seu prestígio seriamente abalado. Por outro lado, o Martins & Rebelo teria metido ao bolso alguns milhares de contos, sabendo-se que um dos seus concorrentes foi eliminado, pelo menos temporariamente.

Várias cooperativas produtoras de leite, alarmadas com esta ofensiva, reuniram para discutir o assunto e enviaram uma exposição ao Governo a denunciar a manobra e pedindo também que fossem tomadas medidas imediatas para pôr termo aos ataques contra as cooperativas. Isto obrigou o Governo a vir a público com uma nota distribuída à imprensa em que dizia que a fiscalização da DGAE sobre as cooperativas deveria ser orientadora e não repressiva.

Este é um exemplo que deve alertar as cooperativas para os ataques dos monopólios que não deixarão de intensificar-se. A reacção imediata e solidária das cooperativas é também um bom exemplo das formas de defesa a empregar.

O 1º DE MAIO JORNA

O 1º de Maio foi este ano comemorado em todo o país com manifestações, greves, concentrações, reuniões e confraternizações de trabalhadores e assembleias sindicais.

No PORTO, onde se realizou a maior manifestação de rua desde 1962, mais de 20.000 pessoas concentradas na Praça da Liberdade e Avenida dos Aliados gritaram o seu ódio ao fascismo, exigindo: « Liberdade! o fim das guerras coloniais! Aumento de salários! Abaixo a carestia da vida! Amnistia para os presos políticos ». Durante mais de duas horas os manifestantes enfrentaram valentemente a brutal repressão policial.

No BARREIRO, cerca de mil pessoas per-



CONTRA OS ROUBOS DOS SERVIÇOS FLORESTAIS

Numa exposição com 700 assinaturas enviada a Marcelo Caetano em Novembro de 1970, a população de TALHADAS DO VOUGA denunciou os Serviços Florestais como responsáveis de actos de banditismo. Há cerca de 30 anos, desde que os Serviços Florestais iniciaram a ocupação do baldio da freguesia, os povos de Talhadas e dos lugares vizinhos: Maciça, Doninhas, Seixo e Arcas vivem sofrendo prepotências, roubos e ameaças. Os S.F. não cumpriram nenhuma das promessas que se comprometeram a respeitar: o direito do povo a roçar matos; a dar pasto ao gado no baldio; a continuar a gozar os direitos de posse e propriedade particulares; a dividir com a freguesia o rendimento das matas; a deixar, pelo menos, 80 metros de terreno entre as matas e os prédios particulares, etc.

Nada foi cumprido. Tudo foi roubado, ano após ano, até que os povos fartos de tanto roubo e de tanta violência cometida pelos guardas florestais e pelos responsáveis dos S.F., resolveram juntar-se todos para reclamar, assinando em peso o protesto enviado ao governo.

A resposta do governo foi dada em meados de Fevereiro. Ou melhor, como diz o povo, não foi dada resposta nenhuma. Nega as principais acusações, não dá solução alguma aos problemas levantados. É uma vergonhosa manobra do governo para encobrir os S.F., e levar o povo a desistir de lutar por aquilo

que lhe pertence de direito.

O povo de Talhadas quer que os baldios voltem à sua posse! Saberá fazê-los render muito mais e em proveito de toda a freguesia. Mantendo-se unido e firme como até aqui, conseguirá a vitória.

Apontamos o seu exemplo aos povos cujos baldios têm sido roubados pelos S.F., como acontece na freguesia do Préstimo (Águeda) em que a revolta do povo se deve transformar em acção!

AGRICULTORES REIVINDICAM RELACÕES COMERCIAIS COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

Duma reunião recente de vinicultores de Alpiarça saiu a seguinte petição: «*Que se procure conquistar o mercado estrangeiro, a exemplo da Espanha, não olhando a ideologias políticas.*»

Sabido como é, que a Espanha vem ampliando as suas relações comerciais com os países socialistas, com grandes benefícios para os produtores agrícolas, o pedido feito pelos vinicultores de Alpiarça significa que, em defesa dos seus interesses, desejam alargar o mercado dos seus vinhos aos países socialistas.

A petição formulada na reunião dos vinicultores de Alpiarça foi enviada pela direcção do Grémio de Alpiarça ao Presidente da Federação dos Grémios da Lavoura do Ribatejo, numa carta em que se expõem também outras aspirações dos produtores. Não é, talvez, casual que esta reivindicação surja num momento e seja apresentada por uma direcção que, pela primeira vez, e saltando por cima da legislação corporativa, foi eleita por uma Assembléa Geral (em que estiveram 500 associados), enquanto as direcções anteriores eram nomeadas pelos 40 maiores contribuintes que constituíam o Conselho Geral do Grémio.

De qualquer forma, a aspiração dos vinicultores de Alpiarça corresponde, não só aos interesses de todos os vinicultores portugueses, mas também aos interesses gerais da agricultura portuguesa que só teria a beneficiar com o estabelecimento de relações comerciais com a União Soviética e demais países socialistas.

DE LUTA ANTIFASCISTA

correram as ruas, apoiadas e seguidas pela população, mantendo em respeito o forte aparato policial que ali se concentrara.

Realizaram-se também manifestações e concentrações em LISBOA, VILA FRANCA, LEIRIA; os pescadores de MATOSINHOS fizeram greve; em ALPIARÇA ninguém trabalhou; no PORTO e em várias outras localidades, houve reuniões sindicais.

-Ao chamamento do Partido Comunista, operários, empregados, estudantes, intelectuais, trabalhadores do campo, homens e mulheres, comemoraram o Dia dos Trabalhadores, participando nesta grande jornada de luta antifascista.

PORQUE EMIGRAM MILHARES DE TRABALHADORES ?

Já por várias vezes personalidades ligadas ao regime não têm pejo em declarar a que leva milhares de trabalhadores a emigrarem é o tradicional espírito aventureiro dos portugueses. Claro que essa afirmação tem como objectivo apenas enganar os ingénuos, dar uma idéia falsa das causas que verdadeiramente levam milhares de trabalhadores a deixar as suas terras, a família, o meio onde nasceram, cresceram e sempre viveram. Ou será que esse «tradicional espírito aventureiro» só se manifesta nos trabalhadores? Porque não emigram então aqueles que gozam de uma boa situação económica, os que vivem à farta e à grande? Ou não serão eles também portugueses?

A miséria, o baixo nível de vida, a falta de uma habitação condigna (sonho de todo o trabalhador), o espantallo da mendicidade depois de uma vida de árduo trabalho, uma agricultura sem protecção alguma, sujeita a leis que a atrofiam e protegem só os gananciosos interesses de uns tantos. Ali SIM, encontraremos a razão porque milhares de trabalhadores: operários industriais e agrícolas, pequenos camponeses e outros, de saco às costas e lágrimas nos olhos, correndo inúmeros perigos e sacrificios, deixando os que lhe são queridos, vendendo pequenos haveres ou empenhando-se para arranjam dinheiro para pagarem ao engajador, abalam a procura daquilo que no nosso país lhes foi negado: o direito a uma vida decente e digna.

Os trabalhadores portugueses têm que compreender porém, que se os seus irmãos dos países para onde emigram gozam de melhor nível de vida, não é porque os patrões de lá sejam melhores do que os de cá, mas sim porque os operários, os camponeses, os restantes trabalhadores desses países, mais conscientes dos seus direitos, conquistaram através da luta essa melhoria. Recorrendo às mais diversas formas de luta, como exposições, paralizações e greves, arrancaram do patronato e do governo melhores condições de trabalho, melhores salários e outras conquistas.

Frequentemente lemos nos jornais notícias de greves que paralisam totalmente grandes sectores da produção desses países (incluindo o sector agrícola) mobilizando milhares de trabalhadores. A imprensa ligada ao regime que nos oprime e aos grandes capitalistas

e agrários do nosso país, procura sempre desvirtuar essas grandes lutas, falando de anarquismo, de revolucionários sem escrúpulos, nos tremendos prejuizos que elas provocam na economia desses países. Não falam de que é através delas que os trabalhadores conseguem conquistar reivindicações que lhes permitem uma vida mais decente.

«A Terra» porém, jornal dos trabalhadores e para os trabalhadores, tribuna de denúncia e de combate na defesa dos que trabalham no campo, diz: essa sim, é a única forma válida de impôr ao patronato e aos governos que os servem fielmente, a vontade dos trabalhadores!

Cabe-nos a nós, cá no nosso país, lutar-mos firmemente, unidos e com coragem, pelas nossas reivindicações! De promessas que nunca foram cumpridas estamos nós fartos. 45 anos de mentiras são mais do que suficientes para sabermos que do Governo nada temos a esperar, a não ser cada vez mais miséria e novas leis que, em vez de nos proteger, protegem sim, mas os interesses dos vampiros que nos exploram.

VINICULTORES EM LUTA

«contin. da pág. 1»
tores. É verdade que representa um recuo da Junta perante o movimento de protesto; mas deixa-lhe a possibilidade de manobrar. O objectivo real da J.N.V. é dividir os agricultores, para continuar a cobrar a taxa.

Não é um desconto nestes termos que interessa aos vinicultores, mas sim a extinção da taxa. Não será esta a primeira vez que a luta dos agricultores consegue obrigar a JNV a acabar com a cobrança duma taxa, como já aconteceu com a dos \$40.

Também desta vez os vinicultores saíram vitoriosos se continuarem a manter, por todas as formas, a sua firme recusa ao pagamento da taxa de \$20.

Todos os produtores de vinho abrangidos pela taxa devem unir-se e protestar conjuntamente com os de S. Pedro do Sul, Vouzeira e Oliveira de Frades. Devem realizar novas acções de protesto, concentrações junto das Câmaras e dos Grémios, telegramas e abaixo-assinados, seguindo o exemplo dos agricultores de Ribeiradio.